

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i>	IX
<i>Obras do Autor</i>	XI
<i>Nota à 5ª Edição</i>	XIII
<i>Nota à 4ª Edição</i>	XV
<i>Nota à 3ª Edição</i>	XVII
<i>Nota à 2ª Edição</i>	XIX
Capítulo 1 – Premissas de Método.....	1
1. Razão de ordem	1
2. Indagações necessárias	1
3. Pressupostos lógicos.....	2
4. Constatação do fato	3
5. Configuração jurídica do problema	4
6. Conceituações e soluções discutíveis	4
7. Lei de economia ou inércia jurídica	5
8. Livre evolover da Instituição pela inexistência de modelagem legal ou doutrinária rígida.....	5
9. Oportunidade para uma tentativa de sistematização	6
10. Plano de estudo.....	7
Capítulo 2 – Da Formação Histórica das Sociedades	9
11. Advertência.....	9
12. Fenômeno associativo	9
13. Sociedades primárias.....	10
14. Personalismo das antigas sociedades	10
15. Comunidade familiar e contrato de sociedade	11
16. Persistência da ideia de parentesco na estruturação do pacto societário	12
17. Disciplina jurídica das primeiras sociedades.....	12
18. As sociedades na doutrina dos antigos escritores.....	14
19. As sociedades individualistas do direito romano nas codificações posteriores.....	15
20. Diferenciação e qualificação das sociedades.....	18
Capítulo 3 – Das Causas Pessoais de Dissolução das Sociedades.....	19
21. Classificação das sociedades para esse efeito.....	19
22. As sociedades individuais do direito romano e a sua dissolução em virtude de causas subjetivas.....	20
23. Evolução ulterior: a) prática medieval; b) direito lusitano; c) doutrina francesa anterior à codificação.....	21
24. Solução consagrada pelo código civil francês.....	23
25. Direito luso-brasileiro precedente à promulgação dos códigos de comércio de Portugal e do Brasil.....	24



26. Doutrina e direito brasileiro após o Código Comercial.....	26
27. Estado atual do problema	31
28. Solução Futura Provável	32
Capítulo 4 – Da Cláusula Impeditiva de Dissolução	35
29. Fundamento racional	35
30. Origem histórica	36
31. Evolução	37
32. Legitimidade.....	38
33. Extensão	40
34. Inaplicabilidade	41
35. Natureza jurídica	44
36. Requisitos	48
37. Efeitos.....	51
38. Caracteres distintivos e conceito	52
Capítulo 5 – Incidência da Cláusula de Prossecução da Sociedade.....	55
39. Morte de sócio	55
40. Falência	57
41. Incapacidade.....	58
42. Despedida	60
43. Exclusão	63
44. Retirada consensual	65
45. Afastamento de sócio e dissolução	66
Capítulo 6 – Liquidação da Quota e Liquidação da Sociedade	69
46. Sociedade e comunhão	69
47. Autonomia patrimonial.....	70
48. Direito do sócio ao fundo comum	72
49. Ação social e ação divisória	74
50. Dissolução da sociedade e resilição parcial do contrato	77
51. Liquidação dos haveres de sócio e liquidação efetiva da sociedade	78
52. Posição da sociedade e dos sócios remanescentes em face do que se aparta.....	81
Capítulo 7 – Da Convenção Predeterminando os Haveres	85
53. Origem.....	85
54. Fundamento legal	86
55. Modalidades	88
56. Natureza jurídica	88
57. Repercussão nos direitos sucessório e tributário	89
58. Pretendida oposição a outros princípios mais gerais.....	93
59. Abuso do direito no contrato	94
60. Lesão	95
61. Enriquecimento sem causa	97
62. Imprevisão	98
63. Equidade.....	100
64. Revisão e dirigismo contratual	101
65. Inaplicabilidade desses princípios à cláusula livremente consentida.....	102
Capítulo 8 – Determinação e Liquidação da Quota Social	109
66. Casos em que tem lugar.....	109
67. Natureza.....	110

68. Objeto	111
69. Compreendidos.....	112
70. Conceito.....	113
71. Determinação e liquidação	114
72. Formas adotáveis.....	115
73. Critérios convencionais e legais	116
74. Balanços: função, natureza e espécies.....	118
75. Normas de contabilidade e direito nos balanços	120
76. Componentes dos balanços	122
77. Bens imateriais	125
78. Reservas.....	128
79. Valorizações pendentes.....	131
80. Operações pendentes	135
81. Aprovação de balanço	138
82. Liquidação por valores de balanço.....	141
83. Escala móvel de valores	145
84. Processo técnico-jurídico de liquidação da quota	146
85. Conceito de haveres.....	148
86. Apuração de haveres e assunção da empresa	150
Capítulo 9 – Apuração Judicial	155
87. Direito anterior	155
88. Regime legal vigente.....	157
89. Rito processual	159
90. Foro e jurisdição competentes.....	161
91. Iniciativa.....	166
92. Partes legitimadas.....	168
93. Atuação do juiz.....	171
94. Conceito, objeto e alcance.....	174
95. Transação.....	176
96. Conversão ou modificação do pedido	179
97. Sentença.....	184
98. Liquidação.....	185
99. Execução	186
100. Recursos cabíveis	188
101. Evolução da jurisprudência	192
Capítulo 10 – Do Crédito Apurado	197
102. Natureza jurídica	197
103. Devedor	200
104. Objeto	204
105. Exigibilidade	208
106. Retenção ou suspensão.....	211
107. Compensação.....	214
108. Pagamento direto.....	216
109. Pagamento por consignação	220
110. Insatisfação.....	229
111. Disponibilidade.....	231
112. Prescrição	238